



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

CRENÇAS LINGUÍSTICAS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS: FATOS E
MITOS ACERCA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO DISCURSO DOS
ALUNOS DA UNILAB

ANNA ERIKA ROCHA FAUSTINO

Redenção – CE,
2014

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE BACHARELADO EM
HUMANIDADES

ANNA ERIKA ROCHA FAUSTINO

CRENÇAS LINGUÍSTICAS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS: FATOS E
MITOS ACERCA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO DISCURSO DOS
ALUNOS DA UNILAB

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como um dos requisitos à obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Léia Cruz de Menezes.

Redenção – CE,
2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab(SIBIUNI)
Catalogação de Publicação na Fonte.

Faustino, Anna Erika Rocha.

F269c

Crenças linguísticas nos espaços lusófonos: fatos e mitos
acerca da língua portuguesa no discurso dos alunos da UNILAB /
Anna Erika Rocha Faustino. - Redenção, 2014.
44f: il.

Monografia - Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto
De Humanidades E Letras, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2014.

Orientador: Léia Cruz de Menezes.

1. Sociolinguística. 2. Crenças Linguísticas. 3. Espaços
lusófonos. 4. Heterogeneidade constitutiva. I. . II. Título.

CE/UF/BSCL

CDD 401.9

ANNA ERIKA ROCHA FAUSTINO

CRENÇAS LINGUÍSTICAS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS: FATOS E MITOS ACERCA
DA LÍNGUA PORTUGUESA NO DISCURSO DOS ALUNOS DA UNILAB

Monografia submetida ao Curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Apresentada em: 14/11/ 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Léia Cruz de Menezes (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade (1º Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Prof. Dra. Claudia Ramos Carioca (2ª Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Dedico a Emanuel Pedro Pinho, exemplo de luta e coragem, (in memoriam).

A João Chagas Faustino, meu avô materno, que sempre foi um verdadeiro pai e que nunca me deixou baixar a cabeça diante dos problemas, que sempre me incentivou a cada vez estudar mais para que eu conseguisse a minha vaga na universidade.

A Josefa Rocha Pinho, minha avó materna, que sempre foi uma mãe e que me educou dignamente, ensinando os caminhos do bem e do mal e dando-me discernimento para que eu sempre pudesse optar pelos caminhos corretos a serem seguidos, fazendo também com que eu sempre buscasse melhorias profissionais, modelo de determinação e coragem.

A Maria José Rocha Faustino, minha mãe, que sempre lutou para me ajudar, que não teve a oportunidade de me criar diretamente, mas que sempre esteve presente.

A Maria do Socorro Rocha Faustino, minha tia, que na realidade é mais que uma mãe, que sempre cuidou de mim e que continua cuidando até hoje e que sempre esteve ao meu lado.

Aos meus irmãos, Emanuela Pereira de Lima, Maria Geovanna Nogueira de Sousa e Pedro Cavalcante de Sousa, os dois últimos que só conheci há pouco tempo, mas que já amo incondicionalmente.

A Girliane Faustino, Gessica Faustino, Joissy Sousa, Gislane Faustino, Deisiane Sousa, Karla Tamillys e Ana Lúcia, que meu trabalho sirva de incentivo.

A minha sobrinha, Débora Emily Lima de Oliveira Pereira, que minha jornada possa ser um incentivo para sua vida.

A minha tutora e Orientadora, Léia Menezes, por toda a dedicação, atenção e incentivo.

A todos os professores tanto da rede pública, quanto da rede privada.

A todos os meus companheiros de jornada e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus, pois sem o fortalecimento e restauração dele eu nada seria e a realização desse objetivo não seria possível.

Aos meus avós, João Chagas Faustino e Josefa Rocha Pinho, que foram verdadeiros pais ao me criarem, educarem, dando discernimento para que eu tivesse convicção na escolha dos meus caminhos, agradeço também a paciência e por entenderem minha ausência no decorrer dessa jornada.

Às minhas mães, Maria José Rocha Faustino, mãe biológica, que fez e faz tudo para que eu consiga conquistar meus objetivos, e a Maria do Socorro Rocha Faustino, minha mãe de criação, que lutou e que continua lutando ao meu lado, que me incentiva, e que mesmo não tendo a mesma oportunidade que eu tive de estudar, sempre foram símbolo de determinação e sabedoria.

Aos meus irmãos, Emanuela Pereira de Lima, irmã de criação que sempre esteve ao meu lado, te amo muito, Maria Geovanna Nogueira de Sousa e Pedro Cavalcante de Sousa, a quem amo incondicionalmente, obrigada pela preocupação e pela força que me deram.

A todos os amigos, mas principalmente aos que estiveram comigo durante essa jornada, Ana Leticia, Anna Paula, Ana Paula, Arthur, Bruna Soraia, Cesar Neto, Carlene, Chakil, Ellen Jardani, Erlanilson, Gerson, Laudiano, Luanisia Braulino, Larissa, Lisley Fernandes, Jordana, Jorge Cambinda, Júnior Mesquita, Marygidiane Cavalcante, Mirla Menezes, Nilson Lopes, Syrlyane Queiros, Silvyane Pherreira, Olavo Júnior, Valdelia Chagas, Vania Leite, Waleska Reis, Tibério, Wátila Oliveira.

A Jezabel, Rangel e Evilásio, companheiros petianos.

A meus amigos de outras jornadas, mas que continuam presentes, são eles: Adeliane, Danilo Araújo, Gleison Monteiro, Fátima Lourenço, Lourenço Filho e sua esposa, Dayane, e sua filha, Fernanda, Lunara Lopes, Jaqueline Araújo e sua filha Maria Clara, Milena Menezes, Helane Pinheiro, Marianne Castro, Marina, Socorro Lourenço, Valônia Santos, Vinicius Soares, Terezinha Lourenço, agradeço a todos pela paciência e por entenderem minha ausência no decorrer desses anos.

Aos meus padrinhos, Fátima, Francisco e Rosangela.

A todos os meus primos e primas que tanto amo, não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer alguém.

A todos os discentes que responderam os questionários, tanto da pesquisa piloto do Programa de Educação Tutorial do Instituto de Humanidade e Letras, quanto da pesquisa de TCC, nos quais não citarei nomes para preservação de identidade, só tenho a agradecer a atenção de vocês em serem meus informantes.

A todos os meus tios e tias, que foram fundamentais em minha vida.

A Robério Américo C. Souza, a quem admiro muito, agradeço por toda a paciência, dedicação e atenção.

À Léia Menezes, por sua dedicação, paciência e amizade, que me foram dadas durante esses dois anos.

A Ramon Capelle, por sua dedicação e atenção.

A Maurilio Machado Lima Júnior, coordenador de curso, por sua prontidão, paciência, atenção e pro-atividade.

À Cláudia Ramos Carioca, membro da banca examinadora, por sua disponibilidade em aceitar contribuir com meu trabalho nesta importante etapa da defesa.

A todo o corpo docente da Unilab.

A todos os servidores e técnicos da Unilab.

RESUMO

De forma amplamente documentada pela Sociolinguística (SHERRE, 2005; BAGNO, 2009), sabemos que muitos são os mitos em torno da Língua Portuguesa em território brasileiro; dadas as dimensões continentais do Brasil e o abismo socioeconômico que separa os brasileiros, inviabilizando o acesso de muitos à cultura de letramento, há usos do português brasileiro extremamente estigmatizados e outros sobrelevados à condição de modelares; mas qual a dimensão dessa mitologia nos espaços lusófonos? A fim de investigarmos o que são fatos e mitos linguísticos nos espaços lusófonos, elaboramos questionário de onze perguntas sobre a língua portuguesa e os usos que dela se fazem, com o objetivo de compreender como guineenses, moçambicanos, angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, são tomenses e timorenses, recém-ingressos no espaço universitário, percebem a língua portuguesa. Submetemos o questionário a 21 alunos da UNILAB. Entrevistamos três graduandos que pertencem às distintas regiões geográficas na qual o Português é Língua Oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Os resultados mostram que crenças como a superioridade da língua do colonizador sobre a língua do colonizado se fazem presentes nos discursos dos graduandos; o que evidencia que o trabalho de desmitificação para efeito de compreensão da heterogeneidade constitutiva das línguas naturais (BAGNO: 2009) é imprescindível na formação do recém-ingresso na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Crenças linguísticas. Espaços lusófonos. Heterogeneidade constitutiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
I - Capítulo - Educação em língua portuguesa	13
2.1 A educação linguística na escola brasileira	13
II - Capítulo - A língua portuguesa nas ex-colônias portuguesas africanas e asiática	16
2.1 Angola	17
2.2 Cabo Verde	18
2.3 Guiné-Bissau	20
2.4 Moçambique.....	21
2.5 São Tomé e Príncipe	22
2.6 Timor Leste	23
METODOLOGIA	26
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	30
4. Análise das respostas concedidas ao questionamento número 01: Você acha que o Brasileiro fala bem o Português? Justifique sua resposta	31
4.1. Análise das respostas concedidas ao questionamento número 02: Você acha que a adoção de um único padrão linguístico para os países lusófonos melhor nos aproximaria? Justifique sua resposta.....	33
4.2 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 03: Quem você acha que quem fala melhor a língua portuguesa na atualidade: os portugueses ou os nativos das ex-colônias portuguesas?.....	34
4.3 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 04: Você acredita que a língua portuguesa está mais pobre devido aos usos que hoje se fazem do português? Justifique sua resposta.....	35
4.4 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 05: O português é uma língua difícil? Difícil de se escrever ou falar? Justifique sua resposta	35
4.5 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 06: Você se sente constrangido(a) quando alguém corrige o modo como você utiliza a língua portuguesa – seja na fala ou na escrita? Justifique sua resposta.....	36
4.6 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 07: Você fala do mesmo jeito em todas as situações comunicativas? Justifique sua resposta?	37
4.7 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 08: Você acha que a escrita é mais correta que a fala?.....	37
4.8 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 09: Você já sofreu algum preconceito devido a sua forma de falar ou de escrever?.....	38
4.9 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 10: Você já foi preconceituoso (a) com alguém devido à forma dele (a) de falar ou de escrever? Justifique.....	39

4.10. Análise das respostas concedidas ao questionamento número 11: Em suas palavras, defina o que seria uma atitude de “preconceito linguístico”. Você acha que esse preconceito “o linguístico” é tão grave quanto o preconceito “racial”? Justifique sua resposta	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, desenvolvido no transcorrer dos componentes curriculares TCC I¹, TCC II² e TCC III³, com a orientação da Professora Dra. Léia Menezes, tem como objetivo conhecer e discutir as crenças linguísticas de falantes oriundos de vários espaços geográficos nos quais a Língua Portuguesa é língua oficial. Partimos da problemática segundo a qual, assim como no Brasil, nos demais espaços lusófonos, fazem-se presentes conceitos equivocados sobre a língua portuguesa, os quais são perpetuados nos discursos e têm como origem o modo como se dá a didática do ensino de língua portuguesa – que criou e disseminou a confusão entre língua e norma padrão.

De forma amplamente documentada pela Sociolinguística (SHERRE, 2005; BAGNO, 2009 [1999]), sabemos que muitos são os mitos em torno da Língua Portuguesa em território brasileiro; dadas as dimensões continentais do Brasil e o abismo socioeconômico que separa os brasileiros, inviabilizando o acesso de muitos à cultura de letramento, há usos do português brasileiro extremamente estigmatizados e outros sobrelevados à condição de modelares; mas qual a dimensão dessa mitologia nos espaços lusófonos? Intentamos, portanto, investigar, nos discursos de nativos de países que têm a língua portuguesa como língua oficial, que crenças linguísticas caracterizam o imaginário do objeto “Língua portuguesa”. Objetivamos investigar as crenças linguísticas nos espaços lusófonos visando subsidiar a construção de uma didática do ensino de língua portuguesa que, de fato, explore o objeto língua como todo constitutivamente heterogêneo e variável.

A fim de emprendermos essa investigação do que são fatos e mitos linguísticos nos espaços lusófonos, elaboramos questionário de onze perguntas, com base no que fora elaborado por Pedro Mendes Leão (2011), aluno do Curso de Letras da Universidade Federal do Ceará (UFC), e o submetemos a vinte e um alunos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Cada grupo de 3 graduandos pertence a uma distinta região geográfica na qual o Português é Língua Oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso I

² Trabalho de Conclusão de Curso II

³ Trabalho de Conclusão de Curso III

Destacamos que algumas crenças/mitos linguísticos fizeram-se recorrentes nos discursos de nossos entrevistados, a saber: o brasileiro não fala bem o português; o português é uma língua difícil; o padrão da escrita deve ser reproduzido na fala; uma determinada região do Brasil é deficiente do uso do português; a variação é um problema ou evidencia mau uso do português; a língua é homogênea; o português de Portugal seria o português natural ou de “regra gramatical” a ser seguida; a incompreensão de que língua é fator de identidade; o entendimento de que, entre nativos de um idioma, existe um grupo que supera o outro no domínio desse idioma.

Organizamos esse trabalho do seguinte modo: inicialmente, em Revisão da literatura, apresentamos embasamento teórico dos conceitos já constantes no título de nosso trabalho – “crenças” e “mitos” linguísticos; com pesquisa bibliográfica, tendo como bases teóricas os trabalhos de Bagno (1999; 2001; 2007), Antunes (2003), Capucho (2008), Gonçalves (2000), na sequência, em Metodologia, expomos os materiais e métodos de nosso trabalho, com o detalhamento do questionário, ao qual submetemos os entrevistados em nossa pesquisa e as respostas concedidas por cada um deles; na continuidade, em Análise e interpretação dos dados, analisamos qualitativamente os resultados à luz do referencial teórico já exposto; por fim, em Considerações finais, refletimos acerca do trabalho com a língua como todo heterogêneo e variável.

I - Capítulo - Educação em língua portuguesa

A difusão da crença segundo a qual há um certo (norma-padrão, que nem é uma variedade linguística, mas um construto social) *versus* um errado (variantes reais cujas regras diferem das prescritas pela norma-padrão) em termos linguísticos há muito se faz notar nos discursos dos falantes da língua portuguesa tal qual utilizada em território brasileiro. Os conceitos nada científicos em torno da língua portuguesa recorrentes na fala dos brasileiros são amplamente documentados em obras como *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (BAGNO, 2009 [1999]), *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito* (SCHERRE, 2005), entre outras. Nos próximos capítulos, tendo em vista os fins de nosso trabalho, consideramos o papel do ensino de língua portuguesa, no Brasil, na difusão de preconceitos linguísticos, e ponderamos acerca do lugar da língua portuguesa em países lusófonos.

1. A educação linguística na escola brasileira.

Em relação à realidade brasileira, constata-se que o ensino da língua portuguesa ainda praticado em muitas escolas é responsável pela confusão entre “norma-padrão” e “língua”, à medida que não viabiliza um espaço de reflexão sobre a heterogeneidade constitutiva do português. Sobre isso, Antunes assim expressa ao considerar as atividades em torno da gramática postas em prática em muitas escolas:

Uma gramática inflexível, petrificada, de uma língua supostamente uniforme e inalterável, irremediavelmente “fixada” num conjunto de regras que, conforme constam nos manuais, devem manter-se a todo custo imutáveis (apesar de muitos usos em contrário), como se o processo de mudança das línguas fosse apenas um fato passado, algo que já aconteceu e não acontece mais (ANTUNES, 2003, p. 32).

Ainda sobre o ensino de língua portuguesa na realidade brasileira, constata-se uma pedagogia nada sensível aos saberes dos aprendizes. Alguns professores desconsideram a bagagem linguística que a criança já possui, desconsiderando que a criança se socializa entre familiares e amigos antes de chegar à escola, e conseqüentemente acaba adquirindo os hábitos do meio em que vive. Sobre esse aprendizado linguístico fora da escola, lemos o seguinte:

Esses são os três ambientes onde a criança começa a desenvolver o seu processo de socialização: a família, os amigos e a escola. Podemos chamar esses ambientes, usando uma terminologia que vem da tradição sociológica, de *domínios sociais*. Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo da interação humana (BORTONIRICARDO, 2004, p. 23).

Em decorrência desse quadro, acredita-se que pessoas com menor grau de letramento falam de modo errado, visto que suas variantes são regidas por regras que não são as mesmas constantes nas descrições dos compêndios que embasam as aulas de língua portuguesa. Assim, expressões como “Cráudia”, “Dois pastel” e “fósfro” são confrontadas com “Cláudia”, “Dois pastéis” e “fósforo” – estas são apresentadas como “certas”, aquelas como “erradas”; e a visão do erro pelo erro vai se perpetuando.

Há um entendimento segundo o qual as variantes linguísticas estigmatizadas não possuem regras, não possuem gramática, quando, na realidade, elas têm gramática, sim, com regras distintas das descritas/prescritas na gramática da norma-padrão, a lógica que há na gramática dessas variantes linguísticas é tão válida quanto a lógica que rege variantes prestigiadas, como destaca Bagno:

É importante que nós, educadores, tenhamos em mente que o português não padrão é *diferente* do português-padrão, mas igualmente lógico, bem estruturado e que ele acompanha as tendências naturais da língua, quando não refreada pela educação formal. O PNP não é “pobre”, “carente” nem “errado”. Pobres e carentes são sim, aqueles que o falam, e errada é a situação de injustiça social em que vivem. (BAGNO, 2001, p. 63)

Difunde-se, assim, o mito do “erro linguístico”; mito na acepção de “afirmação fantasiosa, inverídica, que é disseminada com fins de dominação, difamatórios, propagandísticos, como guerra psicológica ou ideológica” (HOUAISS, 2001). Esse mito assim se caracteriza por que cria e mantém um abismo entre falantes nativos da língua portuguesa: os falantes das variedades estigmatizadas do português brasileiro (os que têm pouco contato com domínios sociais onde predomina uma cultura de letramento) e os falantes das variedades prestigiadas (os que têm maior contato com domínios sociais onde predominam uma cultura de oralidade).

A língua portuguesa falada em território brasileiro apresenta alto grau de variabilidade em decorrência de grande extensão territorial do país (que gera as variedades regionais) e da

acentuada diferença de status socioeconômico entre os brasileiros (que gera as variedades sociais). Segundo Bagno,

Cada vez mais se torna evidente que é preciso analisar nossa realidade sociolinguística sob três focos: de um lado, (1) o da *norma-padrão*, isto é, o modelo idealizado de língua “certa” descrito e prescrito pela tradição gramatical normativa – e que de fato não corresponde a nenhuma variedade falada autêntica e, em grande medida, tampouco à escrita mais monitorada -, e, do outro lado, como extremos de um amplo *continuum*, (2) o conjunto das *variantes prestigiadas*, faladas pelos cidadãos de maior poder aquisitivo, de maior nível de escolarização e de maior prestígio sociocultural, e (3) o conjunto das *variedades estigmatizadas*, faladas pela imensa maioria da nossa população, seja nas zonas rurais, seja nas periferias e zonas degradadas das nossas cidades, onde vivem os brasileiros mais pobres, com menor acesso à escolarização de qualidade, desprovidos de muitos de seus direitos mais elementares (BAGNO, 2009, p. 11,12).

Mais esse alto grau de variedade é elevado sobremaneira quando pensamos nas dimensões espaciais e multiculturais dos espaços lusófonos: oito nações que, em comum, se expressam em *línguas portuguesas*. Aqui optamos pelo plural, pois a homogeneidade de uma “Língua Portuguesa”, aquela que é a língua oficial, não existe na realidade dos usos vivos que de uma língua se fazem.

Qual, portanto, a dimensão dessa mitologia que aqui expusemos nos espaços lusófonos? Essa é a questão que move nossa pesquisa.

Centramos, agora, atenção, em linhas gerais, às realidades linguísticas dos países de nossos entrevistados neste trabalho (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). Nosso objetivo é compreendermos qual o papel da língua portuguesa nestas culturas: língua oficial e também língua de cultura?

II - Capítulo - A língua portuguesa nas ex-colônias portuguesas africanas e asiática.

Segundo Capucho (2008), podemos observar a língua portuguesa por dois ângulos; primeiro, pelo ângulo da *matriz de base*, que consiste de movimentos políticos, culturais, sociais e econômicos. Havendo, na matriz de base, a existência de três processos que a caracterizam, são eles: *Construção da matriz de base*, que compreende o ciclo de construção e afirmação da língua portuguesa como distinta; *período de expansão*, ciclo que compreende as expansões marítimas de Portugal e inserção da língua Portuguesa em vários continentes (Africano, Americano e Asiático); e, por fim, o período *da (re)integração*, ciclo em que a matriz linguística resgata, agora alterados, os elementos que antes ‘exportou’. E o segundo ângulo é o das *configurações variadas dos seus usos comunicacionais concretos*, que consiste das variedades linguísticas do Português de Portugal.

O caráter da matriz de base se caracteriza por ser algo que em si mesmo permanece, é a história da língua; porém sofre constantes mudanças devido às próprias leis do sistema linguístico, havendo assim a simplificação sucessiva dos sistemas, o que não resulta em homogeneidade linguística; muito pelo contrário, essas mudanças no sistema linguístico caracterizam a língua portuguesa como fator de identidade. Acerca de tais mudanças, lemos o seguinte:

Contudo, a existência de uma matriz de base – objeto que se caracteriza, por si mesmo, por uma carácter não estático, aberto a constantes modificações e sofrendo alterações sucessivas, resultado das próprias leis dos sistemas linguísticos, entre as quais a lei da economia linguística, referida por Marinet (1960), subjacente à tendência para a simplificação - não significa unicidade nem homogeneidade, antes a possibilidade da co-existência de configurações tão diversas quanto os usos dialectais, sociolectais e ideolectais. E são exatamente essas configurações que revelam a riqueza multicultural de uma língua, as suas possibilidades de integração de diversidades sociais e culturais, numa (con)vivência indispensável à construção de uma sociedade aberta, em que a diferença é integrada e desejada, mais do que simplesmente possível ou tolerada (CAPUCHO, 2008, p. 255).

Com as expansões portuguesas no século XV, a língua portuguesa é levada aos continentes Africano, Americano e Asiático, é legada aos habitantes desses territórios para fins de comunicação entre colonizadores e colonizados. Devido à permanência dos portugueses nesses territórios e seu domínio político, a língua portuguesa é imposta a vários povos que já

possuíam suas línguas. No caso dos continentes Africano e Asiático, ocorre a manifestação de pidgin; os pidgins consistem numa fase anterior ao surgimento de alguns crioulos, como formas de comunicação comercial utilizadas como ponte entre os colonizados e colonizadores, percebemos:

[...] a formação de pidgins, formas de comunicações entre os falantes locais (cujas línguas maternas eram tão diversas quanto os espaços geográficos onde se situavam) e os Portugueses[...] Os pidgins de base portuguesa surgem, pois em África e posteriormente, na Ásia, como resposta às necessidades prementes de comunicação entre os colonizadores e os povos locais, por imposição da língua de poder. Este poder revela-se, aliás, não só nos contatos internos locais com as populações nativas, mas também na comunicação necessária ao estabelecimento de trocas comerciais ou administrativas com outros europeus, pelo que o Português se tornou *língua franca* em África e na Ásia, no decorrer do século XVI (CAPUCHO, 2008, p. 261-262).

Em cada um dos países africanos, a língua portuguesa imposta em seu padrão europeu, pois lusitano, gerou crioulos de base portuguesa bem distintos entre si, a única exceção foi Angola, que não gerou nenhum crioulo de base Portuguesa. Na realidade brasileira, o português ganhou características que o distinguem do português europeu; por isso, hoje há linguístas, como exemplo, Marcos Bagno que defende inclusive a compreensão de que existe uma língua brasileira, em oposição a uma língua portuguesa, entenda-se: de Portugal.

Na sequência, centraremos atenção no espaço ocupado pela língua portuguesa em cada espaço lusófono objeto de nossa investigação.

2.1 Angola

Angola têm a língua portuguesa como língua oficial desde 1975, a qual coexiste com um grupo de línguas bantu (Quicongo, Quibundo, Lokwe, Umbundo, Mbunda, Cuanhama). Em Capucho, percebemos o seguinte:

Simultaneamente, a língua portuguesa, embora sendo a língua materna de alguns angolanos, sobretudo, de centros urbanos costeiros, constitui, para a grande maioria, uma segunda língua, como funções de língua veicular para adultos, mas que é ensinada às crianças angolanas das escolas, como se de uma língua materna se tratasse (CAPUCHO, 2008, p. 263).

Na realidade em Angola, o português só é língua materna para cerca de 60% da população. No caso da Angola, não ocorreu o desenvolvimento de um crioulo de base

portuguesa, pois não foi possível a sobrevivência dos pidgins, que são essenciais na formação das línguas crioulas. Em Nzau, podemos observar:

De facto, o contacto de línguas é uma condição essencial para a emergência do crioulo. Todavia, durante a segunda metade do século XIX angolano, que se pode considerar o primeiro período de maior contacto entre a língua portuguesa e as línguas angolanas de origem África, devido ao esforço português de conquista do interior, o processo de pidginização não teve vida contínua como sucedeu em alguns países da comunidade dos PALOP onde este processo evoluiu para língua principal ou mesmo única da população. Em Angola, tal como em Moçambique, razões políticas, históricas, geográficas e até sociolinguísticas impossibilitaram a sobrevivência dos pidgins (NZAU, 2011, p. 61).

Conforme dados do Observatório da Língua Portuguesa⁴, a língua portuguesa em Angola é falada atualmente por 19,8 milhões de habitantes, ou seja, cerca de 70% da população Angolana.

2.2 Cabo Verde

A colonização em Cabo Verde se deu da seguinte forma: primeiramente, foi povoada a ilha de Santiago, onde atualmente é a capital; logo após, as ilhas do Fogo e da Brava, depois foram povoadas as ilhas menores. Em Cabo Verde, a língua Portuguesa é língua oficial, porém não é língua de cultura; a língua cabo-verdiana, mais conhecida como crioulo, é que é de cultura. A língua portuguesa só entra na vida dos Cabo-verdianos a partir da inserção deles na vida escolar, ou seja, a língua falada no dia a dia é o crioulo cabo-verdiano. Em Castello Branco, enunciamos o seguinte:

A língua materna é falada em todas as ilhas, com suas variantes dialetais, por todos os cabo-verdianos desde que nascem. A língua oficial, em contrapartida, entra de forma institucional na vida dos cabo-verdianos a partir da idade escolar [...] A língua portuguesa é a língua institucionalizada, determinada e instituída pelo Estado. A língua do ensino, da mídia, do governo, da política, da administração. A que é imposta por uma questão de poder e de interesse político e econômico. É a língua que vai dar visibilidade ao país, que vai projetá-lo para o ambiente internacional e também para o nacional. Para o Estado cabo-verdiano e para o outro, o que está fora de Cabo Verde, a língua nacional é a língua portuguesa. É a que torna o país integrante da comunidade lusófona. É a que escreve a história do país, a literatura, o cinema, o hino nacional cantado pela população (CASTELLO BRANCO, 2008, p.2).

⁴ O Observatório da Língua Portuguesa, consiste em dados de estudos relacionados à lusofonia no mundo, sendo um site de origem Europeia. Para saber mais acesse: <http://observatorio-lp.sapo.pt>

Na citação acima, fica claro que a língua portuguesa é uma língua nacional para o Estado, mas não para os cabo-verdianos, que têm como língua nacional a língua crioula, sua língua materna, que faz jus à construção de identidade da nação cabo-verdiana. É um equívoco pensarmos que, em todos os países cuja língua oficial é a portuguesa, o português é, ao mesmo tempo, língua de cultura e de estado.

Boa parte da população cabo-verdiana não consegue usufruir dos recursos da língua portuguesa, por não terem acesso ao ensino básico e assim não dominarem o português. Há também resistência ao aprendizado da língua portuguesa por parte de alguns em decorrência do português ser associado ao colonizador. Novamente em Castello Branco, observamos o seguinte:

Essa tensão não se dá apenas pelo português ter uma relação demasiado estreita com o passado colonial do povo cabo-verdiano, mas também pelo fato de, ainda hoje, permanecer como um fator de desigualdade em uma sociedade onde muitos de seus membros não dominam a língua oficial, seja por resistência, seja por falta de escolaridade, seja por outra razão [...] Normalmente, quando pensamos em língua materna pensamos em língua nacional. E vinculamos a língua nacional à língua oficial. Mas essa associação de sentidos nem sempre corresponde à realidade das línguas. Esses são conceitos que precisam ser esclarecidos (CASTELLO BRANCO, 2008, p.19).

Para os cabo-verdianos, a língua está ligada ao sentimento de herança, à herança legada da cultura de seus ancestrais; por isso a língua portuguesa, imposta pelo Estado, não proporciona o significado de unidade, de união. Mais uma vez, em Castello Branco, captamos o seguinte:

Parece que o conceito de nação para os cabo-verdianos passa pela língua como identidade herdada e pela vontade de fazer continuar a herança dessa língua, pois é ela que apresenta esse caráter de complementaridade, numa situação em que o Estado impõe uma língua outra e em que, na sociedade civil, prevalecem interesses privados [...] Por isso é nela e por ela que se identificam com os demais membros de sua nação, e “sentem-se como fazendo parte de uma espécie de ‘todo’ coletivo” (CASTELLO BRANCO, 2008, p.5).

Porém, para o Estado, é necessária uma língua padronizada, instrumentalizada com gramáticas e dicionários, para fins de internacionalização. Em Castello Branco, percebemos o seguinte:

Pensar, então, a história de Cabo Verde após a independência, é pensar que este país precisou se adequar ao modelo de Estado-nação por imposição de um cenário político mundial. Precisou da ficção de uma língua única e homogênea

tendo um contexto marcado pela pluralidade linguística. A questão da língua, nesse caso, mostra como ela pode constituir um obstáculo à adequação desses países ao modelo de organização social, política, econômica e cultural representado pelo Estado-nação. Essa adequação pressupõe, então a adoção de uma língua que preencha todos os requisitos. Essa língua que assumirá o papel de língua oficial é preciso que tenha a sua escrita devidamente padronizada, seja uma língua já instrumentalizada – com gramática e dicionário -, já que vai servir a um Estado burocrático. Em Cabo Verde, a língua portuguesa usufrui dessa posição (CASTELLO BRANCO, 2008, p.6).

Conforme dados do “Observatório da Língua Portuguesa” a língua oficial é falada por 496 mil Cabo-verdianos, ou seja 87% da população Cabo-verdiana.

2.3 Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau tem a língua portuguesa como língua oficial, e o crioulo guineense como língua de cultura de mais da metade da população no espaço urbano. Nos espaços interioranos, considerados monolíngues, há mais 20 línguas nacionais. Em Capucho, lemos o seguinte:

O crioulo guineense (kriol ou kiriol), língua veicular de mais de metade da população, é apenas a língua materna de um grupo de guineenses que habita, na sua maioria, em centros urbanos. Assim, o crioulo da Guiné coexiste em situação de bilinguismo com cerca de outras vinte línguas nacionais, que constituem a língua materna de vários grupos, que por vezes (sobretudo nas regiões do interior), são monolíngues (CAPUCHO, 2008, p.266).

A língua portuguesa tornou-se língua oficial da Guiné-Bissau no ano de 1973. No ano de 1983, 10 anos depois portanto, estima-se que cerca de 44% da população guineense falava crioulos de base portuguesa e 11% falava a língua portuguesa, enquanto o restante da população falava as diversas línguas presentes no país.

Assim como para os cabo-verdianos, a língua é tida como fator de identidade para os guineenses, para eles suas línguas maternas são aquelas que os identificam com seus respectivos grupos étnicos, o que explica a rejeição à língua do colonizador.

A língua portuguesa, portanto, só é utilizada em momentos mais formais, para falar com pessoas de países distintos que tenham a língua portuguesa como língua oficial por exemplo, ou é utilizada no cenário político, não sendo utilizada nas atividades cotidianas. Em Fafina, lemos o seguinte:

Para os nativos, a questão linguística é inalterável. Dizendo de outra maneira, não se pode mexer com a língua sendo ela o mais valioso patrimônio do povo, ou seja, mexer com a língua é mexer com a identidade [...] Para os guineenses, “*muda di língua i muda di raça*” (mudar de língua é mudar de etnia). Em outras palavras, mudar de língua é mudar de identidade. Por essa razão, o crioulo surgiu naturalmente para resolver um dos primeiros problemas com que se defrontaram os guineenses no período da fundação do Estado. O crioulo serve, assim, como mediador das línguas étnicas, porém é considerado “*língua de ninguém*”, ou seja, a língua que pertence todos os guineenses. No que diz respeito ao português, cabe-lhe o papel de língua de ligação com outros povos mais distante de povo guineense (FAFINA, 2012, p.4).

Conforme dados do “Observatório da Língua Portuguesa”, a língua portuguesa é atualmente falada por cerca de 1,5 milhões de Guineenses, ou seja cerca de 57% da população.

2.4 Moçambique

Moçambique, tem a língua portuguesa como língua oficial, a qual é falada por cerca de 39,6% da população, dados do censo de 1997. A língua oficial coexiste juntamente com cerca de 20 línguas de origem Bantu, dados do censo de 1980. Segundo Perpétua Gonçalves (2000), em 1890, havia apenas uma escola primária Portuguesa em Moçambique, nos anos seguintes houve um ‘investimento’ massivo por parte dos colonizadores para com os colonizados. Em época de quase independência, a língua portuguesa era falada como segunda língua, tendo sido aderida pelos Moçambicanos como língua oficial após a independência, conforme podemos observar a seguir, de Gonçalves (2000):

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo regime português nos últimos anos de domínio colonial no sentido de consolidar a sua presença em Moçambique, na altura da independência, em 1975, o Português, era essencialmente, conforme foi aqui referido, uma língua urbana, falada como L2⁵ por uma pequena parte da sua população. A partir desta data, verifica-se uma forte expansão da comunidade de falantes desta língua, quer devido ao alargamento do seu uso a contextos não formais (como mercados ou restaurantes), quer devido à explosão escolar que caracteriza o final dos anos 70. No que se refere à área educacional, os dados estatísticos disponíveis revelam que, imediatamente a seguir à independência, duplicou o número de alunos inscritos no ensino primário, passando de 650 mil para um milhão e trezentos mil (GONÇALVES, 2000, p. 3).

Conforme registrado no “Observatório da Língua Portuguesa”, cerca de 60% da população de Moçambique fala a língua portuguesa, dados de 2013: seriam, portanto, 23,3

⁵ L2 para esse autor significa segunda língua.

milhões de pessoas. A língua portuguesa é ensinada na norma lusitana, não sendo ensinada a variedade do português moçambicano, havendo muitas dificuldades com relação à inserção de vocábulos moçambicanos, como por exemplo vocábulos da fauna e da flora. Pontuamos em Gonçalves:

Com efeito, a incorporação de novo vocabulário está praticamente reduzida a realidades para as quais a língua portuguesa não tem palavras (como a fauna e a flora locais, ou áreas culturais marcadamente moçambicana) (GONÇALVES, 2000 p. 3).

2.5 São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe tem a língua portuguesa como língua oficial e língua de ensino, a qual coexiste com algumas línguas crioulas, tais quais: o Santome, Angolar, Lung'ie, Tongas, o Português dos Tongas, e resquícios de línguas da etnia Bantu. Em Hagemeyer, constatamos:

Além da língua oficial, o Português, com maior ou menor variação local, são igualmente faladas três línguas autóctones, designadamente o Santome⁶ (lit. língua de S. Tomé) e o Angolar⁷ (lit. língua da ilha), falado na ilha do Príncipe, bem como o crioulo de Cabo Verde, o Português dos Tongas e resquícios de línguas do grupo Bantu (HAGEMEIJER, 2009, p.1).

De todos os países Africanos, São Tomé e Príncipe é o único país em que a língua portuguesa está se fortalecendo e que é utilizada como primeira língua por boa parte da população, segundo o site do Observatório da língua Portuguesa, a língua oficial é falada por 95% da população de São Tomé e Príncipe; em segundo lugar, a língua Forro, que é denominada de Santome pelo autor Hagemeyer, a qual é falada por 85% da população, sendo a língua nacional mais difundida. Já Lung'ie é falado por mais ou menos 25% da população da Ilha do Príncipe, correspondendo a cerca de 3% da população São-tomense. Novamente em Hagemeyer, vemos:

O português é a língua mais falada, uma tendência que actualmente parece estar a intensificar-se em detrimento das línguas crioulas autóctones. [...] Por fim, face à situação linguística de S.Tomé e Príncipe, este será o único país da África de língua portuguesa onde a maioria da população tem actualmente o Português como primeira língua, havendo, assim, condições para a emergência de uma nova variedade (HAGEMEIJER,2009, p.19-20).

⁶ O autor, HAGEMEIJER afirma que é localmente conhecido como Lungwa Santome, Forro (ou Fôlô) e Dialeto.

⁷ O autor afirma que é também conhecido como Ngola ou Lunga Ngola.

2.6 Timor Leste

Timor Leste foi colonizado por Portugal em meados do século XVI. Portugal, estrategicamente, preocupou-se em desenvolver como política linguística o ensino de língua portuguesa apenas para as pessoas nativas consideradas influentes pela população. Sobre essa política linguística, pontuamos em Albuquerque:

Digno de nota é que a política linguística da coroa portuguesa em relação à colônia timorense era de ensinar a língua portuguesa somente para os cidadãos nativos que eram de alguma forma influente diante da população, como: régulos, chefes, pais de famílias nobres, entre outro. Destacou-se historicamente a fundação do colégio de Soibada, no ano de 1898, um colégio católico de nível secundário que influenciou linguisticamente uma parcela da população, estabelecendo uma norma à língua Tétum e difundindo, de certa forma, a língua portuguesa. Ainda, o papel da educação na colônia era responsabilidade dos padres católicos, principalmente dos freis dominicanos, que utilizaram a estratégia de empregar uma língua nativa falada por uma grande parcela dos timorenses para catequizá-los. No caso já mencionado anteriormente, a língua escolhida foi o Tétum (ALBUQUERQUE, 2010, p.32).

De 1975 a 1999, Timor Leste foi dominado pela Indonésia. Uma das consequências do domínio indonésio foi a proibição da língua portuguesa, que fora utilizada pelos timorenses como meio de resistência. Já a língua Tétum, que era utilizada como língua franca, ou seja, língua de contato ou relação entre colonizadores e colonizados, foi negligenciada, devido à imposição da língua *Bahasa Indonesia*. Acerca do domínio linguístico indonésio no Timor, observamos:

Mesmo com uma permanência de cerca de quatro séculos em Timor Leste, a eficácia do sistema educacional português foi de pouca expressão, quando comparado aos 24 anos de dominação Indonésia e foi nesse curto intervalo de tempo que a Indonésia conseguiu impor de maneira exemplar sua língua, o *bahama indonesia*, em uma grande parcela da população timorense fluente nela, ou melhor, cerca de 58%, enquanto apenas 37% eram fluentes no português. (ALBUQUERQUE, 2010, p.33)

Em Timor Leste, a língua portuguesa é língua oficial juntamente com a língua Tétum, que dividem lugar com mais de quinze línguas nacionais. Há também o crioulo de base portuguesa, que já está praticamente desaparecendo, pois é utilizado por bem poucos habitantes do Timor Leste.

Segundo informações do “Observatório da Língua Portuguesa”, a língua oficial é falada por cerca de 20% da população timorense. Vale ressaltar que a língua portuguesa é

utilizada apenas em situações mais formais, no sistema de ensino e na área jurídica. Nas situações cotidianas, nem a língua portuguesa nem a Tétum são utilizadas, apenas o malaio e, em alguns casos, o inglês. Quanto às limitações de uso da língua portuguesa no Timor Leste, captamos:

O uso da língua portuguesa é limitado a poucas situações formais: o ensino escolar, as atividades universitárias e na área jurídica. Geralmente, não há, em situações cotidianas, o uso da língua portuguesa; e a língua franca entre os povos leste-timorenses, que possuem língua portuguesa; e a língua franca entre os povos leste-timorenses, que possuem línguas maternas distintas, é o Tétum, em sua variedade Tétum-Praça, e quando surge nas demais situações comunicacionais, a necessidade de uma língua internacional e o uso da terminologia técnico-científico e jurídico-administrativo (parcialmente ausente em Tétum-Praça), inclusive nos variados níveis de ensino, ora é usado o malaio, ora o inglês. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 35)

A língua portuguesa deveria ser implantada gradativamente no ensino nas escolas timorenses, mas essa implantação gradual é prejudicada pelo desconhecimento do português por parte dos docentes. Além disso, há uma crescente propaganda negativa por parte de professores estrangeiros que trabalham no Timor Leste quanto à importância de aprender a língua portuguesa. Esses professores destacam o aprendizado da língua inglesa como necessário à ascensão social, o que é corroborado pelos vários acordos mercantilistas anglófonos. Acerca dessa questão, lemos:

Os professores e linguistas estrangeiros, que atuam em Timor Leste, possuem uma ideologia subjacente a seus respectivos trabalhos, o que compromete a atividade de ensino-aprendizagem. Tais ideologias, às vezes até declarada abertamente, são também impostas aos alunos, ou ‘vendidas’ como produtos ou fórmulas mágicas para seduzir os alunos leste-timorenses. Isso acontece constantemente nas instituições do país, onde funcionários das organizações governamentais e não governamentais atuam e muitas vezes fazem propaganda contra a língua portuguesa, ou a favor da língua inglesa, apontando-a como uma solução imediata para os problemas o que a torna sedutora. Há também uma parcela da população “pró-Indonésia”, que resiste a tudo relacionado à cultura lusófona. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 35)

Percebemos que, na realidade da maioria desses países – Timor Leste, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola – a língua portuguesa é língua oficial, mas não é língua de cultura. Sua utilização fica circunscrita a algumas instâncias institucionais, mas não faz parte do cotidiano.

É importante salientar que, para todos os países africanos, a independência é recente. Guiné Bissau, por exemplo, é independente de Portugal há apenas 41 anos. Angola, Cabo Verde,

Moçambique e São Tomé e Príncipe são independentes há apenas 39 anos. Timor Leste só teve declarada sua independência, por via da ONU, em 2002. Em contrapartida, o Brasil está independente de Portugal há quase 200 anos (a data oficial da Independência do Brasil é 07 de setembro de 1822).

Em termos de usos da língua portuguesa, foco de nosso estudo, esta recente independência de Portugal justifica o fato de haver desconhecimento do português brasileiro e a existência de uma imagem da língua portuguesa que está associada diretamente aos modos de uso do português lusitano. Dadas as deficiências no ensino de língua, uma única norma é comumente ensinada como representativa da própria língua em si, daí a imagem de que o português “correto” é o lusitano. Se, no Brasil, independente de Portugal há quase duzentos anos, ainda há esse imaginário coletivo do português “certo”, muito mais acentuado é esse imaginário entre nações tão jovens em termos de independência de Portugal.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter interpretativo e de amostragem, pois não iremos lidar com as percepções acerca da língua portuguesa de todos os estudantes da Unilab, mas com um número reduzido de estudantes, representativo dos vários espaços geográficos lusófonos constitutivos da UNILAB, o que nos permitirá chegar a conclusões que servirão de amostra a se confirmar em estudo quantitativo-qualitativo.

Inicialmente, realizamos pesquisa piloto como parte das investigações empreendidas no Programa de Educação Tutorial de Humanidades e Letras da UNILAB. Nesta, criamos um questionário de dez perguntas, baseado no que fora elaborado por Pedro Mendes Leão (2011) e o submetemos a 7 discentes da UNILAB. Para ser informante de nossa pesquisa, era preciso atender a apenas dois pré-requisitos: estar matriculado em um curso presencial de graduação na UNILAB e ser nascido e criado em uma região geográfica na qual o Português é Língua oficial.

Após o estudo piloto, que resultou em artigo intitulado “Língua portuguesa: crenças e mitos nos espaços lusófonos”, escrito em parceria com a também bolsista PET Jezabel Mitsa do Nascimento Gertrudes e submetido à avaliação da revista *EntrePalavras*, da Universidade Federal do Ceará, prosseguimos com nossa investigação. Aperfeiçoamos nosso instrumento de pesquisa, de modo a construirmos um novo questionário, com onze questões, o qual submetemos a um total de 14 estudantes, dando um total de 21 estudantes entrevistados. Submetemos o questionário a um homem e a uma mulher de cada país dos vários espaços geográficos lusófonos constitutivos da UNILAB. Assim permitimos ponderar acerca das diferentes percepções da língua portuguesa entre homens e mulheres. Em tese, as mulheres são consideradas mais conservadoras – será que essa característica se refletiria em um apego à variante europeia do Português?

Também tivemos a preocupação de selecionar alunos novatos e alunos veteranos, pois uma de nossas hipóteses concerne à mudança de percepção da língua portuguesa com a vivência em meio acadêmico, no qual, pelo menos em tese, deve nos possibilitar uma visão científica dos fatos, entre eles os fatos linguísticos. Apenas em relação aos timorenses é que não conseguimos mesclar veteranos e novatos, pois a nova entrada de timorenses na UNILAB darse-á em 2015, por isso submetemos o questionário apenas a timorenses já veteranos em nossa Universidade.

Na tabela abaixo encontram-se informações dos nossos entrevistados, tais como: nacionalidade, sexo, idade e curso em realização na UNILAB, da pesquisa piloto dos PET. Destacamos que, no estudo piloto, não temos um representante de Portugal, pois a UNILAB apresenta, em seu quadro docente, portugueses, mas ainda não em seu quadro discente.

País	Sexo	Idade	Curso
Angola	Feminino	22 anos	Humanidades
Brasil	Masculino	29 anos	Agronomia
Cabo Verde	Feminino	19 anos	Agronomia
Guiné-Bissau	Masculino	21 anos	Humanidades
Moçambique	Masculino	20 anos	Eng. De Energias
São Tomé e Príncipe	Masculino	23 anos	Humanidades
Timor Leste	Masculino	23 anos	Agronomia

Tabela 01 – Dados dos informantes da pesquisa piloto.

Inicialmente cada questionário continha a seguinte listagem de perguntas:

- 1- Você acha que o Brasileiro fala bem o português?
- 2- Você acha que a adoção de um único padrão linguístico para os países lusófonos melhor nos aproximaria?
- 3- Quem você acha que fala melhor a língua portuguesa na atualidade: os portugueses ou os nativos das ex-colônias portuguesas?
- 4- Você acredita que a língua portuguesa está mais pobre devido aos usos que hoje se fazem do português?
- 5- O português é uma língua difícil? Por quê?
- 6- Você sente-se constrangido quando alguém corrige sua fala? Por quê?
- 7- Você fala do mesmo jeito em todas as situações comunicativas?
- 8- Você acha que a escrita é mais correta que a fala?
- 9- Você sofreu algum preconceito em Redenção devido a sua forma de falar?
- 10- Você já foi preconceituoso (a) com alguém devido à forma dele(a) de falar?

Posteriormente, com o aperfeiçoamento do questionário, responderam a nossa pesquisa 14 discentes, na tabela a seguir encontram-se informações dos nossos entrevistados, tais como: nacionalidade, sexo, idade e curso em realização na UNILAB,

No compito total, entrevistamos 21 discentes: 22 homens e 09 mulheres.

Destacamos ainda não termos um representante de Portugal entre os membros do corpo discente da UNILAB, por isso Portugal não está referenciado em nossa investigação.

País	Sexo	Idade	Curso
Angola	Feminino	19 anos	Humanidades
Angola	Masculino	23 anos	Humanidades
Brasil	Masculino	20 anos	Humanidades
Brasil	Feminino	46 anos	Letras
Cabo Verde	Feminino	21 anos	Administração Pública
Cabo Verde	Masculino	25 anos	Humanidades
Guiné-Bissau	Masculino	25 anos	Humanidades
Guiné-Bissau	Feminino	27 anos	Humanidades
Moçambique	Feminino	18 anos	Eng. De Energias
Moçambique	Masculino	19 anos	Eng. De Energias
São Tomé e Príncipe	Masculino	20 anos	Eng. De Energias
São Tomé e Príncipe	Feminino	22 anos	Administração Pública
Timor Leste	Feminino	53 anos	Ciências da Natureza e Matemática
Timor Leste	Masculino	23 anos	Agronomia

Tabela 02 – Dados dos informantes da pesquisa do TCC.

Destacamos que o questionário aplicado após o estudo piloto recebeu a seguinte configuração:

1. Você acha que o Brasileiro fala bem o Português? Justifique sua resposta.
2. Você acha que a adoção de um único padrão linguístico para os países lusófonos melhor nos aproximaria? Justifique sua resposta.
3. Quem você acha que quem fala melhor a língua portuguesa na atualidade: os portugueses ou os nativos das ex-colônias portuguesas?

4. Você acredita que a língua portuguesa está mais pobre devido aos usos que hoje se fazem do português? Justifique sua resposta.
5. O português é uma língua difícil? Difícil de se escrever ou falar? Justifique sua resposta.
6. Você se sente constrangido(a) quando alguém corrige o modo como você utiliza a língua portuguesa – seja na fala ou na escrita? Justifique sua resposta.
7. Você fala do mesmo jeito em todas as situações comunicativas? Justifique sua resposta?
8. Você acha que a escrita é mais correta que a fala?
9. Você já sofreu algum preconceito devido a sua forma de falar ou de escrever?
10. Você já foi preconceituoso (a) com alguém devido à forma dele (a) de falar ou de escrever? Justifique.
11. Em suas palavras, defina o que seria uma atitude de “preconceito linguístico”. Você acha que esse preconceito “o linguístico” é tão grave quanto o preconceito “racial”? Justifique sua resposta.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A fim de facilitar a análise comparativa das respostas concedidas pelos dos informantes, ordenamos as respostas – apenas o certe delas, em termos de Sim/Não – em tabela na qual, à esquerda, está identificada a nacionalidade de cada informante e, acima, a numeração que corresponde à pergunta do questionário.

A seguir encontram-se os dados da pesquisa piloto do Programa de Educação Tutorial do Instituto de Humanidades e Letras – PET-IHL. Após a tabela, na análise, transcrevemos algumas respostas na íntegra, são aquelas respostas que julgamos ou exemplares do modo de pensar de muitos de nossos informantes ou discrepantes, no sentido de flagrar visões outras acerca do fenômeno “língua portuguesa”.

Destacamos que não fizemos correções linguísticas às respostas concedidas, a fim de preservar o texto original.

Países	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Angola	Sim	Não	Todos	Não	Não	Depende de como foi feita a correção	Não	Não	Não	Não
Brasil	Sim	Sim	Nativos	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Cabo Verde	Não	Não	Nenhum	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Guiné-Bissau	Não	Não	Depende de quem fala	Não Sabe	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Moçambique	Não	Sim	Os portugueses	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
São Tomé e Príncipe	Depende	Sim	Os portugueses	Não	Não Entendeu	Não	Não	Não	Não	Não
Timor Leste	Não	Sim	Os portugueses	Não	Sim	Não	Não	Não Sabe	Não	Não

Tabela 03 – Respostas dos informes da pesquisa piloto.

Na tabela a seguir, encontram-se os dados da pesquisa feita nos componentes curriculares TCC1, TCC2 e TCC3, já com a alteração dos questionários e com um número maior de informantes.

Nacionalidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Idade										
Angolana 19 anos	Não	Sim	Portugueses	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Angolano 23 anos	Talvez	Não	Portugueses	Não	Depende	Não	Não	Não	Sim	Sim
Brasileira 46 anos	Somente a Linguagem Informal	Não	Nenhum	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Brasileiro 20 anos	Talvez	Sim	Portugueses	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Caboverdiana 21 anos	Sim	Sim	Nenhum	Não	Não	Não	Não	Depende	Não	Não
Caboverdiano 25 anos	Depende	Sim	Não Respondeu	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Guineense 27 anos	Todos falam bem	Não Respondeu	Todos	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Guineense 25 anos	Não	Não Respondeu	Nenhum	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Moçambicana 18 anos	Não	Sim	Portugueses	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Moçambicano 19 anos	Não	Sim	Portugueses	Não	Sim	Sim	Não Respondeu	Não	Não	Não
São-tomense 22 anos	Sim	Não	Nenhum	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
São-tomense 20 anos	Não	Sim	Portugueses	Não Respondeu	Depende	Não	Sim	Os Dois	Não	Sim
Timorense 53 anos	Sim	Sim	Portugueses	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Timorense 23 anos	Não	Sim	Nenhum	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não

Tabela 04 – Respostas dos informes da pesquisa do TCC.

Destacamos que, na tabela, não consta a resposta à questão de número 11, pois o cerne da resposta não corresponde a uma asserção ou negação.

4. Análise das respostas concedidas ao questionamento número 01: Você acha que o Brasileiro fala bem o Português? Justifique sua resposta.

O informante angolano reconhece uma norma portuguesa e uma norma brasileira, mas, mesmo admitindo a existência de “normas”, ele aponta erro de concordância na norma brasileira pela regra de concordância da norma portuguesa. Entendemos que, mesmo aceitando a existência de duas normas, há uma norma superior que é a de Portugal.

O informante brasileiro reconhece a variação da língua portuguesa, mas vê na variação um defeito e destaca que a dimensão territorial gera alguns falares não tão bons quanto outros. A diferença para ele é sinônimo de deficiência.

Por sua vez, o informante cabo-verdiano reconhece a distinção entre ser a língua nativa ou não. Destaca que os brasileiros têm a língua portuguesa como sua, por isso eles falam bem essa língua. O informante percebe haver um outro grupo que precisa de um conhecimento e estudo profundo para falar bem o português, os não nativos.

O informante guineense reconhece que as valorações quanto a certo ou a errado não são importantes, pois o importante é usar o código para comunicar, e nesse sentido todo brasileiro fala bem o português.

O informante moçambicano reconhece que as regras gramaticais são as do português de Portugal. Por isso ele critica o fenômeno do uso do pronome oblíquo tônico “mim” na função de sujeito, em estruturas do tipo “pra mim ir”, bastante comuns no português brasileiro.

O informante são-tomense destaca erros de pronuncia na fala dos brasileiros com quem ele está convivendo. Mas uma vez percebemos a ideia de que a norma “correta” é única, segundo o padrão do português europeu.

Já o informante timorense destaca que os brasileiros sempre erram na hora de conjugar verbos, pois usam a segunda pessoa do singular quando deveriam usar a terceira do singular.

A informante angolana destaca o português do Ceará como incorreto sem maiores justificativas.

Por seu turno, a brasileira considera que brasileiros falam bem uma linguagem informal, não a linguagem culta.

A informante cabo-verdiana reconhece que há variáveis diferentes do português e que não existe um melhor português.

A informante guineense considera não haver respaldo para o julgamento quanto a falar bem ou não, pois todas as variações linguísticas devem ser respeitadas.

Para a moçambicana, o brasileiro apresenta um vocabulário confuso, pois comete equívocos frequentes, no uso dos pronomes e no uso dos verbos.

A informante são-tomense destaca que o brasileiro fala bem o português, mas ela indaga quando a se o brasileiro sabe falar bem o português de Portugal.

Observamos que tanto a informante são-tomense quanto o informante timorense reconhecem que há duas modalidades de língua portuguesa, a do Brasil e a de Portugal. A timorense, por sua vez, considera que o brasileiro fala bem, porque é mais fácil para um estrangeiro compreender a pronúncia do português brasileiro. No caso desta resposta, como a informante não citou exemplos, talvez ela esteja confundindo “norma culta” com “norma padrão”. Se isto estiver ocorrendo, então também haverá a compreensão de uma norma superior, a de Portugal.

4.1. Análise das respostas concedidas ao questionamento número 02: Você acha que a adoção de um único padrão linguístico para os países lusófonos melhor nos aproximaria? Justifique sua resposta.

Os informantes brasileiro, cabo-verdiano, moçambicano, são-tomense e timorense evidenciam acreditar que a adoção de um único padrão linguístico nos aproximaria, destacando que esse padrão único facilitaria a comunicação dentro dos espaços lusófonos. O cabo-verdiano ressalta que impor um padrão não seria a melhor opção. Já o informante guineense acredita que já somos aproximados pela língua, mas cada país tem sua história, ficamos sem compreender a resposta do guineense. E o informante angolano acredita que a adoção de um único padrão linguístico não nos aproximaria, já que cada nação tem suas influências étnicas culturais e linguísticas.

As informantes angolana, cabo-verdiana, moçambicana e timorense acreditam que a adoção de um único padrão linguístico nos aproximaria sim, algumas salientam que um único padrão facilitaria a comunicação e a compreensão. Algumas informantes falam da perda das variações linguísticas com a convivência entre falantes do português de distintas regiões. Já a informante brasileira e a são-tomense acreditam que não, pois cada povo tem sua cultura, seus costumes, sua língua, salientam ainda que essa adoção de padrão único ocasionaria perda de identidade. A guineense acredita que somos próximos e ao menos tempo diferentes.

Observamos que, dos 14 informantes, 9 acreditam que a adesão de um único padrão linguístico nos aproximaria, 3 informantes acreditam que a adesão de um único padrão linguístico não nos aproximaria. Salientamos que, a nosso ver, os dois informantes guineenses não dão resposta à pergunta feita, há uma incompreensão da pergunta. O fato de 9 dos 14

informantes acreditarem que um único padrão linguístico aproximaria os povos dos espaços lusófonos evidencia total incompreensão da língua como fator de identidade.

4.2 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 03: Quem você acha que quem fala melhor a língua portuguesa na atualidade: os portugueses ou os nativos das ex-colônias portuguesas?

Os informantes angolano, brasileiro, moçambicano e são-tomense evidenciaram crer na superioridade do uso lusitano da língua portuguesa.

O informante cabo-verdiano, por sua vez, afirma que "A língua portuguesa dos países que falam essa língua, tomaram rumo diferente, por exemplo o português falado em Angola não é a mesma coisa em Cabo Verde e o que é falado em no Brasil não é igual ao português de Portugal." Observamos que o cabo-verdiano reconhece haver uma variação do Português conforme o país, mas não prosseguiu sua resposta quanto a se considera haver ou não um melhor uso do português.

Já o guineense e o timorense afirmam que não existe quem fale melhor ou pior a língua portuguesa. Vejamos a resposta dada pelo guineense: "Não tem quem fala melhor ou quem fala pior, pois todos conseguem cumprir com o objetivo que é comunicação mútua, dentro da variante linguística, em que está inserida. Certo ou errado é o preconceito linguístico o que nos como universitários deveríamos eliminar." Observamos que os informantes assumem que o português muda, não é estanque.

Podemos perceber o mito de supremacia dos usos lusitanos da língua portuguesa em detrimento aos usos brasileiros do português nas respostas da maioria de nossos informantes, que evidenciam crer que o português de Portugal é o padrão ideal a ser seguido, havendo uma percepção da variação como defeito.

As informantes angolana, moçambicana e timorense afirmam que os portugueses falam melhor a língua portuguesa na atualidade. Partilham do mesmo mito de supremacia da língua manifesto nas respostas dos informantes, segundo o qual o padrão de Portugal é o padrão a guiar os usos da língua, independentemente da região geográfica.

Já as informantes brasileira, cabo-verdiana e são-tomense afirmam que não acreditam que exista quem fale melhor ou pior, mas que cada povo utiliza a língua portuguesa de forma apropriada às suas necessidades. Por fim, a guineense evidencia acreditar que todos fazem bom uso da língua portuguesa.

Constatamos que, entre os 14 informantes, 7 deles afirmam que os portugueses falam melhor a língua portuguesa na atualidade, 5 acreditam que nenhum dos citados fala melhor ou pior e 1 acredita que todos falam bem a língua portuguesa.

4.3 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 04: Você acredita que a língua portuguesa está mais pobre devido aos usos que hoje se fazem do português? Justifique sua resposta.

Os informantes brasileiro e guineense evidenciam acreditar que a língua portuguesa não está mais pobre, pois a língua é rica, destacando que há um desprestígio de algumas variantes linguísticas. Já os informantes angolano, moçambicano e timorense também afirmam que a língua não está mais pobre e dizem acreditar que a língua estaria mais rica. O informante são-tomense não respondeu, e o informante cabo-verdiano declarou que a língua portuguesa atualmente está diferente e pobre.

Sabemos que língua alguma é mais rica que outra, toda língua satisfaz as necessidades comunicacionais de seus usuários.

As informantes angolana e moçambicana evidenciaram acreditar que a língua portuguesa está mais pobre, sim, devido aos usos que hoje se fazem do português. Já as informantes brasileira, cabo-verdiana, guineense, são-tomense e timorense acreditam que a língua portuguesa não está mais pobre, essas informantes ressaltam que a língua está passando por “transformações”, por estar em mudança permanente. A cabo-verdiana, no entanto, ressaltou um mau uso da língua portuguesa, o que se contrapõem ao que parecia ser uma compreensão do sentido de “transformações”, em nada pejorativo.

Verificamos que, dos 14 informantes, 10 manifestaram crer que a língua não está mais pobre. Lembrando que 1 não respondeu e que 3 informantes acreditam que a língua está mais pobre atualmente por não permanecer da “forma original”, ou na norma de Portugal, que seria o padrão por excelência.

4.4 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 05: O português é uma língua difícil? Difícil de se escrever ou falar? Justifique sua resposta.

Os informantes brasileiro, cabo-verdiano, guineense, moçambicano e timorense, evidenciaram crer que a língua portuguesa é, sim, difícil, pois atrelam “língua” à “gramática

normativa”, muitos citam inclusive que a escrita é mais difícil que a fala, justamente por causa das regras, outros citam as concordâncias de gênero, número. Observamos, assim, a confusão entre “língua” e “prescrição da norma padrão”.

Os informantes angolano e são-tomense manifestaram crer que a língua portuguesa só é difícil para aquelas pessoas que não nasceram em países em que não se falam a língua portuguesa. Para eles, a língua portuguesa não é difícil quando dela fazemos uso no cotidiano.

As informantes angolana, brasileira, moçambicana e timorense evidenciaram crer que a língua portuguesa é, sim, difícil, tanto na modalidade falada quanto escrita. Houve destaque para o fato de que a língua varia, mas a escrita tem um padrão a ser seguido. O que pudemos constatar na análise das repostas é que a gramática está muito atrelada a essa dificuldade citada pelas informantes.

Já as informantes, cabo-verdiana, guineense e são-tomense acreditam que a língua portuguesa não é uma língua difícil, porém ressaltam que, em comparação com outras línguas, como a língua inglesa, a língua portuguesa é “um pouco mais complicada”.

Dos 14 informantes, 9 afirmam que a língua portuguesa é uma língua difícil seja na fala ou na escrita, 5 afirmam que a língua portuguesa é uma língua fácil, porém com ressalvas de que a pessoa tem que se esforçar para aprendê-la. Evidenciamos que há uma clara associação entre “língua portuguesa” e “norma padrão”, que, a rigor, sequer é uma variante real da língua.

4.5 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 06: Você se sente constrangido(a) quando alguém corrigi o modo como você utiliza a língua portuguesa – seja na fala ou na escrita? Justifique sua resposta.

Os informantes angolano, brasileiro, são-tomense e timorense afirmam que não se sentem constrangidos ao serem corrigidos quanto ao modo como eles utilizam a língua portuguesa, porém o informante angolano, faz uma ressalva quanto à maneira como se dá essa correção. Já os informantes cabo-verdiano, guineense e moçambicano afirmam que se sentem constrangidos ao serem corrigidos quanto ao modo como eles utilizam a língua portuguesa. Alguns afirmam que se sentem humilhados pela forma como são corrigidos, ou até mesmo inferiorizados socialmente. Achamos muito interessante o destaque que os informantes concederam quanto ao “como” desta correção: o problema não estava na correção em si, mas na maneira que a caracteriza.

Todas as informantes afirmaram que não se sentem constrangidas quando alguém as corrigi quanto ao modo como elas utilizam a língua portuguesa. Elas afirmam que essa é uma forma de aprender e ampliar conhecimento, ou seja, essa é uma forma de “aprender mais”.

Dos 14 informantes, 11 afirmaram que não se sentem constrangidos quando são corrigidos e apenas 3 afirmaram que se sentem constrangidos.

4.6 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 07: Você fala do mesmo jeito em todas as situações comunicativas? Justifique sua resposta?

Os informantes angolano, brasileiro, cabo-verdiano, guineense e timorense afirmam que não falam da mesma forma em todas as situações comunicativas, a variação de estilo depende do meio em que estão inseridos, depende muita da situação. O informante moçambicano não respondeu à pergunta. O são-tomense afirmou que, sim, declarou que não sabe falar “de outra forma”, destacando que fala com pausa e pronuncia as palavras de forma que o ouvinte entenda. Observamos que o são-tomense não associou à pergunta à questão do estilo, mas à prosódia.

As informantes angolana, brasileira, cabo-verdiana, guineense, e moçambicana afirmam que não falam da mesma forma em todas as situações comunicativas. Algumas ressaltaram que é necessário modalizar a fala de acordo os ouvintes para melhorar o entendimento, ou seja, podemos usar desde uma linguagem mais coloquial até uma linguagem mais culta, isso dependendo do nosso grau de escolaridade. É como se tivéssemos uma guarda-roupa cheio, do qual retiramos a peça de roupa apropriada para cada ocasião.

Já as informantes são-tomense e timorense afirmam que, sim, falam da mesma forma em todas as situações comunicativas, ressaltam que não conseguem modalizar a fala, uma delas vê a modalização da fala como algo negativo, capaz de prejudicar, porém depois assume que ao falar com os familiares utiliza uma linguagem “mais delicada”.

Dos 14 informantes, 10 afirmam que não falam da mesma forma em todas as situações comunicacionais, ou seja, modalizam a fala dependendo do ambiente em que estão inseridos, 1 não respondeu e 3 afirmam que, sim, falam da mesma forma em todas as situações comunicacionais.

4.7 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 08: Você acha que a escrita é mais correta que a fala?

Os informantes angolano, brasileiro, guineense e moçambicano acreditam que a escrita não é mais correta que a fala, alguns salientam que a escrita é a representação da fala, outros salientam que a fala é mais fácil que a escrita. O informante moçambicano assim expressa: “Eu acho que a fala é mais correta. É comum ver um analfabeto falando muito bem mas sem se quer conseguir escrever uma só palavra”. O informante são-tomense afirma que tanto a fala quanto a escrita são corretas, porém destaca o seguinte: “Desde que a pronuncia seja igual à escrita. Digo isso porque para se conseguir escrever temos que levar em conta a nossa forma de pronunciar as palavras.”. Os informantes, cabo-verdiano e Timorense ratificam que, sim, a escrita é mais correta que a fala, por fazer parte de uma “linguagem científica” ou por a escrita permitir uma revisão, o que não acontece com a fala.

As informantes brasileira e são-tomense evidenciam crer que a escrita não é mais correta que a fala. A brasileira, por sua vez, afirma que existe uma maior cobrança com relação à escrita, o que não significa que ela seja mais correta que a fala. Por fim, para a informante caboverdiana, depende muito de vários fatores, há situações em que a escrita é mais adequada, o que não é norma. As informantes angolana, guineense, moçambicana e timorense afirmam que, sim, a escrita é mais correta que a fala. Podemos evidenciar o mito segundo o qual a escrita é superior a fala, o que se sustenta na equivocada comparação entre modalidade de uso da escrita extremamente formal versus modalidades de uso da fala extremamente informais.

Dos 14 informantes, 6 afirmam que a escrita não é mais correta que a fala, 1 destaca que tanto a fala quanto a escrita são corretas, 1 afirma que depende da situação, havendo momentos em que a escrita é mais formal, já em outros momentos a fala é mais formal, e 6 afirmam que a escrita é, sim, mais correta que a fala.

Na análise das respostas de muitos informantes, há o mito de informalidade da fala que se contrapõe à formalidade da escrita. Ignora-se a existência de uma grande gama de gêneros textuais tanto escritos quanto falados, cada gênero mais ou menos formal, conforme suas funções sociocomunicativas. Por exemplo, a escrita de um bilhete caracteriza-se pela linguagem informal em contraposição a um memorando, que é escrito segundo as regras da norma culta da língua portuguesa.

4.8 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 09: Você já sofreu algum preconceito devido a sua forma de falar ou de escrever?

Os informantes angolano e guineense informaram que já sofreram preconceito linguístico, pois sua variedade de fala é estigmatizada. Já os informantes brasileiro, cabo-verdiano, moçambicano, são-tomense e timorense afirmaram que não sofreram preconceito linguístico algum.

As informantes angolana, guineense e timorense afirmam que, sim, já sofreram preconceito linguístico, ou pela forma de falar, ou na escrita, ou por conta do sotaque. Já as informantes brasileira, moçambicana e são-tomense afirmam que não, nunca sofreram preconceito linguístico. Por fim, a informante cabo-verdiana afirma que nunca sofreu preconceito linguístico, mas que o sotaque dela já causou estranheza, por ser diferente.

Dos 14 informantes, 5 afirmaram que já sofreram preconceito linguístico, 8 afirmaram que nunca sofreram preconceito linguístico e 1 afirmou que seu sotaque causou estranheza. Para nós, isso revela o quanto nossa sociedade é preparada para lidar com a variação linguística, preconceito que, como todos os preconceitos, precisa ser combatido.

4.9 Análise das respostas concedidas ao questionamento número 10: Você já foi preconceituoso (a) com alguém devido à forma dele (a) de falar ou de escrever? Justifique.

Os informantes angolano, brasileiro e são-tomense, afirmam que, sim, já foram preconceituosos com alguém pela forma deste alguém falar. Destacamos a resposta do informante brasileiro: “Sim, geralmente quem fala errado escreve errado, quando um pessoa fala de um jeito diferente do nosso nos causa estranhamento, isso me faz ter o ‘preconceito linguístico’.”.

Os informantes cabo-verdiano, guineense, moçambicano, e timorense afirmaram que, não, nunca forma preconceituosos com alguém pela forma deste alguém falar. Destacamos a resposta do informante cabo-verdiano: “Não! Sou uma pessoa que respeita a diversidade e a diferença do outro”. Já o guineense assim se expressou: “Não, pois eu sei que a diferente forma de falar ou de escrever é devido à várias variantes que compoem a língua portuguesa e que o padrão culto é mais valorizado devido o uso pela pessoas com grande poder económico.”

A informante angolana afirma que, sim, já foi preconceituosa com o jeito de falar dos cearenses, ela pontua: “Eu fui preconceituosa com a forma de falar do povo do Ceara, porque eu acho que eles eram muito ao pronunciar as palavras.”

As informantes brasileira, cabo-verdiana, guineense, moçambicana, são-tomense, e timorense afirmaram que ou nunca foram preconceituosas quanto ao modo como as pessoas

falam ou não lembram se foram preconceituosas. A informante são-tomense assim se expressa: “Não, porque eu já tenho essa visão que a pessoa não fale bem ou fale mal, isso também, contribui um pouco de informação, então quando você não tem uma certa informação, você age de acordo com a sua ignorância, tentando rir de tudo, rir de todos, portanto o que é importante é aquilo que você sabe que é melhor.”.

Dos 14 informantes, 10 afirmam que, não, não foram preconceituosos ou não lembram se foram preconceituosos quanto à linguagem, 4 afirmam que, sim, já foram preconceituosos.

No caso das respostas a essa pergunta de número 10, observamos que muitos dos informantes não têm a concepção exata do que seria preconceito linguístico, pois, ao passo que afirmaram que os brasileiros não falam tão bem o português, afirmam que nunca manifestaram preconceito linguístico! Mas isso é preconceito linguístico!

4.10. Análise das respostas concedidas ao questionamento número 11: Em suas palavras, defina o que seria uma atitude de “preconceito linguístico”. Você acha que esse preconceito “o linguístico” é tão grave quanto o preconceito “racial”? Justifique sua resposta.

Os informantes angolano, brasileiro, moçambicano e são-tomense afirmaram que o preconceito linguístico não é tão grave quanto o preconceito racial, alguns salientam como entendimento de preconceito linguístico a humilhação devido à forma de fala de determinada pessoa. Uma das respostas dadas assim expressa: “Preconceito linguístico significa ter uma atitude contraditória ao erro tanto na fala como escrita. Eu acho que esse preconceito não é tão grave quanto o do ‘racial’, porque ter um preconceito racial é ser ignorante perante a cor da pele ou seja, discriminar uma pessoa daquilo que ela é e tem como natural ‘raça’.” Podemos observar que não é clara a informação que língua é um fator de identidade e que a língua também é algo natural.

Para os informantes cabo-verdiano, guineense e timorense, o preconceito linguístico é tão grave quanto o racial, pois estão embutidas questões mais profundas com relação às variantes estigmatizadas. O informante cabo-verdiano assim declarou: “Para mim qualquer preconceito tem o mesmo nível de gravidade. Preconceito linguístico é quando existe um julgamento de inferioridade contra determinada variedade.”. O guineense também destacou: “O preconceito linguístico é estigmatizar outras variantes linguísticas faladas pelas pessoas de classes e zonas desprestigiadas. É tão grave como a racial porque implementa o conceito da superioridade intelectual”.

Para as informantes angolana, moçambicana e timorense, o preconceito linguístico não é tão grave quanto o preconceito racial. Textualmente, uma informante assim expressou: “preconceito linguístico é quando a pessoa é obrigada a falar conforme o original. O preconceito linguístico não é tão grave quanto ao preconceito racial, porque eu prefiro conviver com alguém que não sabe pronunciar bem as palavras do que um racista”. Em outra resposta, lemos: “Uma atitude de ‘preconceito linguístico’ seria quando alguém critica a outra pela sua expressão verbal ou mesmo escrita”.

Percebemos aqui que não há de fato o entendimento do que realmente seria preconceito linguístico, já que o preconceito linguístico consiste em menosprezar, humilhar, fazer chacota de determinadas pessoas pela forma como se expressam. Para alguns de nossos informantes essa compreensão não é clara. Para outro de nossos informantes o preconceito linguístico consistiria em criticar, porém apenas criticar não significa ser preconceituoso, dependendo da forma em que essa crítica seja feita, como por exemplo sem chacotas ou humilhação, não haveria o ato de preconceito linguístico. Já a são-tomense salienta que o preconceito linguístico, segundo as leis, não é tão sério quando o racial: “Eu acho que o termo preconceito linguístico de acordo com as leis não é tão rígido assim em comparação com o preconceito racial. Porque podemos ver que uma pessoa que comente preconceito racial, toma uma pena enorme na cadeia, mas com relação ao linguístico você também toma uma pena na cadeia como esta acontecendo com as pessoas que falam da fala dos nordestinos, só que uma pena menor.”

Para as informantes brasileira, cabo-verdiana e guineense, o preconceito linguístico é tão grave quanto o racial, pois envolve questões mais abrangentes. Textualmente, uma das informantes assim expressou:

Eu penso que uma atitude de preconceito linguístico é a pessoa achar que fala melhor o português só porque é de um determinado lugar, ou de uma determinada raça e acredita que lá se fala um português melhor no que nos outros lugares, ou melhor, que outras pessoas falantes do português. Considero um ato grave, porém, não tanto como um ato de preconceito racial. O preconceito racial tem uma história e milhões já morreram e muitos sofrem diariamente com isso. No preconceito linguístico basta falar para ser discriminado, no preconceito racial não precisa nem falar, basta nascer. O preconceito linguístico vem sendo debatido e já existem grandes avanços, porém a questão racial vem sendo debatido há décadas e ainda não houve tantos avanços, nas redes sociais é frequente casos de racismo.

Podemos observar que, para muitos, não há o entendimento do que realmente é preconceito linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que não é clara a compreensão de que a língua é um todo heterogêneo e variável, constitutivo de identidade. Também não há compreensão de que usar a língua nativa nas suas diversas modalidades é estar apenas fazendo uso das possibilidades do sistema da língua, é necessário salientar que todos os usos tem regras tão perfeitas quanto as regras da norma culta, a questão que devemos nos fazer entender é que existem variantes estigmatizadas e que nessas estão embutidas várias outras questões muito complexas relacionadas às classes economicamente estigmatizadas e de menos prestígio social que já sofrem diversos tipos de problemas sociais; dentre eles, problemas sistêmicos, como menor acesso à escola, saneamento básico, saúde de qualidade, dentre muitos outros. Em Bagno, pontuamos:

A língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificada, -se geograficamente e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se aparece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (BAGNO, 2012, p.27).

Percebemos em nossa pesquisa que a língua não é entendida como fenômeno variável por boa parte dos informantes, tanto dos informantes da pesquisa piloto do Programa de Educação Tutorial (PET) quanto dos informantes da pesquisa de TCC. Assim como não é entendida ou não é aceita o português brasileiro, já que boa parte dos informantes afirma que os brasileiros – em especial os cearenses – não falam bem o português, mesmo que a grande maioria dos informantes reconheça que não falam da mesma forma em todas as situações comunicativas. Destacamos que pudemos perceber que a grande maioria ainda vê a “norma” de Portugal como a “norma” correta, melhor que a língua portuguesa brasileira.

Vale salientar que, como nossa universidade é um espaço plural de quebra de paradigmas, o PET de Humanidade e Letras, além das pesquisas sobre variação linguística, já recebeu o estudioso Marcos Bagno para uma palestra e oficina, o que ajudou a romper com vários paradigmas preconceituosos sobre língua, salientamos também que os estudantes do curso de Letras têm disciplinas sobre variação linguística, o que, de forma direta, para o referido curso, já traz subsídios para a quebras de preconceitos e melhor entendimento da heterogeneidade constitutiva das línguas naturais.

Entendemos que é preciso trazer esse assunto à tona, trabalhar com todos os alunos, de todos os cursos, de modo a que se compreenda o mal gerado pelo preconceito linguístico e para que possamos compreender a língua como o que ela é um todo intrinsecamente heterogêneo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. **O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR**

LESTE: VARIEDADES E DIFICULDADES. 2010. Revista Interdisciplinar. Ano 5, v. 12, juldez de 2010 – ISSN 1980-8879, p. 31-47. Disponível em:

<http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_12/INTER12_03.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2014. ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

AUTOR DESCONHECIDO. **Observatório da língua Portuguesa.** Disponível em: <<http://www.observatorio-lp.sapo.pt/>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz.** 52. ed. São Paulo: Loyola, 2009 [1999].

_____. **A língua de Eulália: novela sociolinguística.** 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia. **As línguas de Cabo Verde – o cabo-verdiano e o português: lugar onde joga o equívoco.** 2008. Disponível em:

<<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp26/03.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

CAPUCHO, Maria Filomena. **LÍNGUA, EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS E DIVERSIDADE CULTURAL.** 2008. Disponível em:

<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/3_PI_Cap6.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

FAFINA, Danildo Mussa. **Língua Portuguesa: Guiné-Bissau e Brasil Um Caso de Variação linguística.** 2012. Disponível em: <

<http://www.didinho.org/ARTIGO%20DE%20DANILDO%20II%20CIDS.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

GONÇALVES, Perpétua. **HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE.** 2000. Disponível em:

<<http://cvc.institutocamoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

HAGEMEIJER, Tjerk. **As Línguas de S. Tomé e Príncipe**. 2009. Disponível em: <[http://www.umac.mo/fah/ciela/rcblpe/doc/As Linguas de S Tome e Principe.pdf](http://www.umac.mo/fah/ciela/rcblpe/doc/As_Linguas_de_S_Tome_e_Principe.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2014.

MENDES LEÃO, Pedro. **Crenças linguísticas dos falantes escolarizados de Fortaleza**. Entrepalavras, Fortaleza – ano 1, v.1, n.1, p. 25-36, ago/dez 2011.

NZAU, Domingos. **A Língua Portuguesa em Angola: Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização**. 2011. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/teses/domigos_ndelete_nzau.pdf >. Acesso em: 20 maio 2014.

SHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.